

Transformações socioprodutivas e trajetórias migratórias de famílias do sertão paraibano¹

Giovana Almeida Nascimento*

Resumo: O objetivo desse estudo é analisar a relação entre as transformações dos sistemas socioprodutivas do Alto Sertão Paraibano; as condições de reprodução social de famílias camponesas – pequenos proprietários, moradores e rendeiros e suas trajetórias migratórias no período de 1970 a 2011. É fundamentado em pesquisa empírica realizada com homens que migram do município de São José de Piranhas no Estado da Paraíba para trabalhar no corte de cana de açúcar, em usinas no Estado de São Paulo. A metodologia utilizada foi a história oral, com a realização de entrevistas semiestruturadas e histórias de vida. A história das migrações no município de São José de Piranhas no Sertão Paraibano para o sul do país remonta às décadas de 1930 e 1940, e está vinculada à procura por trabalho nas áreas urbanas da região Sudeste do Brasil. A partir da década de 1990, começa a ganhar destaque as migrações para as regiões canavieira do Brasil.

Palavras-chave: transformações socioprodutivas, sertão paraibano, trajetórias migratórias.

Introdução

O objetivo desse estudo é analisar a relação entre as transformações dos sistemas socioprodutivas do alto sertão paraibano; as condições de reprodução social de famílias camponesas – pequenos proprietários, moradores e rendeiros e suas trajetórias migratórias no período de 1970 a 2011. É fundamentado em pesquisa empírica realizada com homens que migram do município de São José de Piranhas no estado da Paraíba para trabalhar no corte de cana de açúcar, em usinas no estado de São Paulo. A metodologia utilizada foi a história oral, com a realização de entrevistas semiestruturadas e histórias de vida.

O município de São José de Piranhas tem uma área territorial de 677, 292 km², está localizado na microrregião de Cajazeiras, no estado da Paraíba e conta atualmente com uma população total de 19.566 habitantes (IBGE, 2010). Os dados demográficos revelam que houve uma inversão na distribuição espacial da população. Segundo o Censo Demográfico de 2000, 54,63% da população estava na zona rural

¹ Projeto de iniciação científica financiado pelo CNPq (2011-2012), coordenado pela professora Marilda Aparecida Menezes.

* Graduada em Ciências Sociais – UFCG, Campina Grande–PB. E-mail: <giovanaufcg@bol.com.br>.

e 45,37% na zona urbana; já em 2010, 56,54% habitava a zona urbana e 43,46% estava na zona rural. Quanto ao perfil etário, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, 20,5% da população estava na faixa etária dos 14 a 24 anos.

A maior parte das famílias desse município é constituída por camponeses que tem na agricultura de autoconsumo sua base econômica, sendo complementada com outras atividades, como: serviços públicos, pequenos comércios, programas governamentais tais como Bolsa Família, aposentadorias e, pela renda em atividades assalariadas fora da região, como é o caso do corte de cana em usinas do estado de São Paulo.

A história das migrações no município de São José de Piranhas no Sertão Paraibano para o sul do país remonta às décadas de 1930 e 1940, e está vinculada à procura por trabalho nas áreas urbanas da região Sudeste do Brasil. A partir da década de 1990, começam a ganhar destaque as migrações para as regiões canavieiras do Brasil. O principal destino dos migrantes são os municípios onde se concentram os canaviais e as usinas do estado de São Paulo. Em geral, são jovens e homens que trabalham na safra da cana de açúcar no período de nove meses, de março a novembro e na entre safra, de dezembro a fevereiro retornam aos seus locais de origem para o descanso, cuidar do roçado ou investir o dinheiro ganho no período da safra. Sem expectativa de emprego nos municípios de origem para complementar a renda do roçado, esses trabalhadores veem na migração o meio de melhorarem as suas condições sociais de vida.

Os processos de expropriação em duas trajetórias de famílias camponesas

Começamos com a história de vida de seu Valdemar, 76 anos, casado e com 17 filhos, dos quais um é arregimentador de trabalhadores para as usinas. Dois moram em São Paulo e três são esposas de migrantes. Tudo começou quando em 1942 o pai de seu Valdemar, assim como muitos pequenos proprietários da época perderam seu pequeno pedaço terra para saldar as dívidas nos barracões das grandes propriedades, onde compravam, a preços exorbitantes, os produtos que não eram produzidos na agricultura. O sr. Valdemar trabalhava com o pai e os irmãos na pequena propriedade, utilizavam-se do trabalho familiar, produziam os produtos básicos para alimentação: feijão, milho, arroz e mandioca. A terra que tinham era insuficiente para o sustento da família extensa, e para complementar a renda trabalhavam de rendeiro na propriedade de outros proprietários da localidade. Em 1954, a família

passou a trabalhar na condição de morador em outra grande propriedade. Morador é um trabalhador rural que reside e trabalha na propriedade de terceiros, recebendo em troca da morada um salário inferior aos demais trabalhadores ou prestando alguns dias de trabalho gratuito¹. Em 1960, sr. Valdemar se casa com dona Ana e começa a trabalhar como vaqueiro, atividade que exerce durante 29 anos. Em 1989, com a venda de alguns animais sr. Valdemar compra uma casa e a família vai morar no Distrito de Boa Vista, situado na área rural do município. Atualmente, sr. Valdemar é aposentado e trabalha de alugado² em um sítio vizinho.

A trajetória de vida da família de sr. Valdemar é importante para fazermos algumas reflexões. Primeiro, a expropriação da terra é um fenômeno vivenciado por várias gerações de camponeses. No caso da família de sr. Valdemar, os processos de expropriação já faziam parte da trajetória do pai. Em termos temporais, isso remete ao início do século XX. Segundo, a expropriação muitas vezes foi decorrente da relação de exploração e dominação pelo proprietário da terra, especialmente através do endividamento nos barracões. Terceiro, a expropriação também aconteceu pela crise do algodão, que representava a principal cultura comercial, e o crescimento da pecuária que competia por cada pedaço de terra, deslocando tanto a moradia dos trabalhadores quanto os seus roçados, dedicados ao plantio de alimentos. Ou seja, a terra é desocupada para dar lugar ao gado, há uma disputa entre a produção de alimento e de capim. Menezes (1985) e Garcia Junior (1989), em pesquisas realizadas no sertão e agreste paraibano chamam a atenção para uma estrutura fundiária concentrada, tornando a terra pouco acessível às famílias camponesas, o que dificultava a sua reprodução social. Dessa forma, esses acontecimentos provocam um movimento de saída involuntária das famílias do campo para morar nos povoados e na área urbana do município, bem como a migração para outras regiões do país.

No caso da família de sr. Valdemar, a mudança de atividade não aconteceu por escolha voluntária, mas tiveram que construir estratégias de trabalho e vida no contexto da transformação produtiva. Tiveram que “dançar conforme a música”. Como conta sr. Valdemar, “eu nunca deixei agricultura não, passei uns tempo sem traba-

¹ Os estudos de Garcia Jr. (1989) e Sigaud (2004) mostram que a relação patrão-morador é assinalada por traços de dependência.

² Trabalhar de alugado consiste em trabalhar por diárias, na propriedade de terceiros onde são remunerados por diária ou semana.

lhar por causa que eu fui trabalhar na fazenda, trabalhei muito tempo com o gado aí não tive tempo nem terra prá roça, aí me afastei da roça”. Isto provoca implicações nas condições de reprodução da família e, por falta de alternativa no meio rural, veem a migração como uma alternativa de vida e de escapar da relação de sujeição aos proprietários locais.

A sujeição, que é uma noção cunhada nas formas de dominação e exploração da relação de moradia, é uma condição que a geração de sr. Valdemar vivenciou. Porém, a geração de seus filhos buscou escapar dessa condição de sujeição. Uma alternativa muito recorrente foi a migração para trabalhar em outras atividades, na maioria das vezes em outras regiões do Brasil. Tal é o caso de Vital, 46 anos, que foi um dos primeiros da localidade a migrar para o corte de cana, com 22 anos. A primeira vez que cortou cana foi em 1989, continuou cortando por dez anos e desde 1998 assumiu a posição de arregimentador, que é um intermediário entre os trabalhadores e os chefes da usina³. Antes de trabalhar nos canaviais paulista, Vital trabalhava na agricultura e era morador, ele relata: “a pessoa trabalha a semana toda no pesado e num dava pra comprar nem um quilo de carne. Lá (São Paulo) num é mole não, mais dá pra comprar o alimento, roupa e coisinha”.

Similar à trajetória da família de sr. Valdemar, sr. Natal tem filhos e irmãos que foram tentar a sorte distante de casa. A família de sr. Natal é composta por sete membros: sr. Natal, a esposa e cinco filhos, dos quais dois moram em São Paulo. Ele é pequeno proprietário reside com a esposa e três filhos no sítio Picada dos Ferreira no município de São José de Piranhas, terra herdada do pai. Seu pai era dono da pequena propriedade onde produziam milho, arroz, feijão e algodão. Até 1980, além do trabalho familiar, seu pai tinha um morador e um rezeiro que trabalhavam em sua propriedade no sistema de parceria. “Com a crise do algodão as coisas passaram a ficar difícil e papai teve que mandar os dois empregados ir embora” e dos sete irmãos de seu Natal três foram morar em São Paulo, o que foi um alívio para o pai. Essa estratégia de alguns filhos migrarem como uma estratégia de amenizar a pressão, sobre a renda gerada no trabalho agrícola, tem sido recorrente entre famílias de pequenos proprietários na região Nordeste do Brasil, como tem sido analisado por alguns autores (MENEZES, 1985 e 2002; GARCIA JR., 1989; WOORTMANN, 1990).

³ Como verificou Menezes (2002) e Silva (2006).

“Já deles não precisando tá aqui, já tá fazendo grande coisa, eles lá vive por conta própria... É, porque aqui não tem condição de sustentar esta família”.

Observamos que nas duas trajetórias, a de sr. Valdemar e a de sr. Natal, a decadência do algodão abriu um espaço maior para a pecuária no sertão, que devido a disponibilidade de terra assume um caráter extensivo. Isso provocou uma concentração da propriedade da terra e processos de expropriação que afetaram significativamente as condições de reprodução social dos pequenos proprietários e moradores, a família de sr. Natal é exemplo disso.

Transformações no sertão paraibano e trabalhadores migrantes no agronegócio canavieiro

As transformações no acesso a terra e nos sistemas produtivos provocaram a pauperização dos pequenos proprietários e moradores. Devido ao tamanho insuficiente da terra e de capital para acompanhar as novas formas produtivas, como é o caso da pecuária, os pequenos proprietários foram obrigados a optarem por atividades complementares. Menezes (1985) enfatiza que esse processo de transformação provocou um movimento de saída involuntária das famílias das áreas rurais para morar nos povoados, cidades ou em outras regiões do país. É o caso dos dois filhos de sr. Natal e de muitos jovens de São José de Piranhas, que diante da precariedade das alternativas locais e tendo em vista a possibilidade de trabalho com remuneração maior em outros locais, repetirão a experiência migratória das gerações anteriores que foram para São Paulo.

Nas décadas de 1950 a 1980, as migrações eram predominantemente para áreas urbanas que necessitavam de mão de obra. A partir da década de 1990, a consolidação do setor sucroalcooleiro e a expansão do plantio de cana de açúcar no estado de São Paulo têm direcionado um fluxo importante de migrantes de áreas rurais da região Nordeste do Brasil. Assim, o trabalho nos canaviais tem sido uma possibilidade de emprego para homens, que na maior parte das vezes, migram sozinhos e deixam suas famílias nas localidades de origem. Na pesquisa “Migrações do sertão paraibano para as usinas de São Paulo (2010-2011)”⁴ verificamos que dos

⁴ Pesquisa vinculada ao Projeto “Políticas públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no Nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano”, financiado pelo CNPq-Edital MCT/CNPq/CT-Infra/CT-Petro/Ação Transversal IV N°16/200-, coordenado por Marilda A. Menezes (UFMG) e Emília Pietrafesa (UNICAMP).

trabalhadores de São José de Piranhas que vão para o corte de cana nos canaviais paulista, 57%, são jovens com idade entre 18 e 29 anos. Essa tendência é verificada também por outros autores em pesquisa anterior, Novaes et al (2007), na pesquisa “Juventude e integração Sul Americana” conclui que 64,2% dos trabalhadores migrantes em usinas do estado de São Paulo são jovens. É um número significativo de jovens que por falta de opção migram para os canaviais deixando de lado os estudos.

O município de São José de Piranhas dispõe de atendimento escolar e facilidades de acesso à escola, tem programas governamentais de incentivo que favorecem o transporte escolar e merenda para todos. No entanto, o que verificamos foi um baixo nível de escolaridade entre os entrevistados. O ciclo de trabalho dos migrantes é determinado pelo calendário agrícola da cana, que é incompatível com o calendário escolar. Esses jovens migram no período que vai de março a dezembro, impossibilitando a frequência à escola. Assim, a necessidade de garantir os recursos para a sobrevivência, resulta no abandono desde cedo da escola para a inserção no mercado de trabalho. Em sua maioria não conseguem concluir o ensino fundamental, a predominância da escolaridade é entorno do ensino fundamental, 44% conclui a 1ª fase do ensino fundamental, 15% chega à 2ª fase do ensino fundamental incompleto e apenas 3% consegue concluir o ensino médio completo⁵.

A busca por independência econômica começa desde cedo na vida desses jovens migrantes. A partir dos dados coletados na pesquisa de campo constatamos que a primeira migração dos trabalhadores ocorre na faixa etária de 18-23 anos. Estudos como o de Menezes (1985 e 2002), Silva (2006) e Cover (2011) verificaram que os jovens migrantes com a renda obtida ajudam os pais, adquirem terrenos, constroem ou reformam a casa, compram motos, animais, dão um passo a frente em direção à autonomia, “para certas famílias, o trabalho na cana pode representar um recurso para viabilizar ou para melhorar a qualidade do roçado ou para a aquisição de bens duráveis” (NOVAES, 2009, p. 118). Desse modo, os motivos impulsionadores que levam os jovens ao trabalho no corte de cana podem ser diversos e estão relacionados com as condições de sobrevivência desses no seu local de origem. Como nos conta Vital: “a gente trabalha aqui o mês todo e num dava pra comprar a mistura

⁵ Durante a pesquisa foram aplicados 120 questionários com migrantes no local de origem (município de São José de Piranhas).

só o grosso mesmo, lá a gente fica o mês, manda dinheiro pra casa e ainda guarda um pouco”.

O fato de receber mais no corte de cana que na agricultura, seja na condição de pequeno proprietário ou trabalhando em terra de outros, é um dos fatores que impulsionam a migração para o corte de cana nos canaviais paulistas. Como relata Vital: “Você ganha um salário de diária hoje... amanhã mais alguma coisa, tem cara que tira R\$1.500,00 por mês, nessa faixa, de acordo com a pessoa”. O trabalho na roça no local de origem é informal, ou seja, sem a carteira profissional assinada, já o trabalho nos canaviais a carteira é assinada, o que garante os direitos trabalhistas como FGTS e seguro desemprego. Isso garante ao trabalhador no final da safra o retorno para o local de origem e a compra da casa, da moto, de sapatos, roupas e outros.

No período da safra da cana de açúcar em São Paulo, que vai de março a novembro, a população do município de São José de Piranhas diminui significativamente, como relata sr. Natal:

Hoje com a migração a gente procura gente pra brocar é aposentado, hoje agente paga trinta reais para um dia de trabalho e eles não querem vão para o corte de cana, se deslocarão tudo pra São Paulo, pro interior, pro corte de cana ai... Diminuiu muita gente aqui, de trabalho.

Essa realidade também pode ser justificada pelos novos desejos de consumo, como expressa Vital: “Hoje você não encontra mão de obra prá trabalhar, praticamente acabou com o morador, o sonho do jovem aqui é ter uma moto, eles se prepara vai para são Paulo pra ter a moto”.

As narrativas refletem um pouco o processo de transformação ocorrido no sertão paraibano, a falta de mão de obra para o trabalho na roça é uma herança da pecuarização que empurrou os camponeses para as cidades e/ou outras regiões do país, neste caso principalmente para sudeste. Esses fatos provocam uma alteração no processo de reprodução das famílias camponesas, em que sair da localidade tem sido uma alternativa para a sua reprodução.

Menezes (1985) em pesquisa realizada no início da década de 1980 no município de São José de Piranhas já apresentava que as migrações de indivíduos ou famílias para regiões metropolitanas do Estado de São Paulo se explicavam tanto pelas possibilidades de emprego quanto pelas transformações do sistema produtivo do sertão paraibano baseado no consórcio entre agricultura de autoconsumo, pecuária

e algodão, O diferencial é que as migrações de áreas rurais da região Nordeste para o estado de São Paulo nas décadas de 1930-1940 eram mais destinadas à busca por empregos urbanos, com tendências à fixação do migrante no local de destino, já na década de 90 as migrações tomaram outros rumos, no caso para a região canavieira de São Paulo.

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas por uma nova expansão e reestruturação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro. As possibilidades de abertura de créditos e instalação de destilarias transformaram o Estado de São Paulo no principal produtor de cana de açúcar no Brasil. Segundo Novaes et al (2005), as novas tecnologias na produção da cana e a expansão da agroindústria canavieira promoveram uma alteração no mercado de trabalho de abrangência nacional. O processo de expansão do setor sucroalcooleiro é acompanhado por uma segmentação dos trabalhadores, com intensificação da contratação de trabalhadores migrantes, sendo o maior número desses trabalhadores oriundos de pequenos municípios da região Nordeste.

Os trabalhadores migrantes são em grande maioria trabalhadores provenientes de áreas rurais, caracterizados pelo acesso precário à terra e socializados para o trabalho na agricultura, exibindo, portanto, um corpo disciplinado para o trabalho pesado exigido pelas usinas. Ademais estão dispostos ao trabalho com remuneração inferior pago aos trabalhadores paulistas. “O povo de lá (São Paulo) num quer cortar cana não, trabalhar muito e ganhar pouco, isso fica para os Paraíba que não tem outra opção. Aqui a gente não tem condição de plantar tudo que come e nem de comprar o que precisa” expressa João, cortador de cana, 22 anos.

A seleção e arregimentação desses trabalhadores são realizadas nos pequenos municípios de origem por uma rede de arregimentadores, empreiteiros, turmeiros, usineiros que atuam de forma conectada para as diversas fases de seleção e contratação dos trabalhadores migrantes. A maior parte dos arregimentadores é construída por antigos cortadores de cana, e moradores dos mesmos municípios de origem dos migrantes, como relata Vital: “É todo mundo é conhecido, o cara cortava cana e agora é arregimentador. O pessoal é todo daqui, tudo trabalhador dos sítios vizinhos e daqui da cidade”. Assim, as relações sociais nas quais esses indivíduos estão inseridos são fundamentais no processo de arregimentação dos migrantes que vão para o corte de cana. É a partir das relações de amizade e parentesco com os migrantes que os arregimentadores selecionam os trabalhadores que eles vão levar para o corte. Dessa forma, as relações familiares e de sociabilidade com o local de origem são

fundamentais na relação dos trabalhadores migrantes com o trabalho no corte de cana em São Paulo.

Os arregimentadores saem para o período da entre safra sabendo quantos e quem provavelmente irá retornar com eles para o corte de cana. No final da safra a usina faz uma reunião com os arregimentadores e diz quantos e qual o perfil do trabalhador que ela quer para o trabalho, e durante todo período da entre safra o arregimentador no seu local de origem começa a articular a arregimentação, ou seja, o contato com os cortadores de cana não se perde.

Não foi difícil encontrar os arregimentadores nos pontos de encontro e observação dos que provavelmente irão ser selecionados para ir para o corte. É nesses pontos: bares, padarias, praça da cidade e no sindicato dos trabalhadores rurais que os arregimentadores fazem a primeira avaliação dos cortadores de cana, uma espécie de mapeamento dos possíveis contratados e excluídos. Eles se reúnem nesses pontos e apresentam uns aos outros, informações referentes ao tempo de trabalho na usina: como foi o comportamento, se cumpriram o tempo de trabalho exigido e como foi a produção. Esses arregimentadores exercem duas funções, tanto nos locais de origem dos migrantes, onde realiza a “primeira triagem” dos trabalhadores, quanto nos locais de destinos onde exercem a função de “fiscal de turma” sendo responsáveis pela turma que levam e fazem a mediação dos trabalhadores com a usina. Assim, ganha relevo a estratégia das usinas que cada vez mais têm se utilizado de arregimentadores nos locais de moradia dos migrantes para realizarem os mecanismos de controle dos trabalhadores, que começam a se fazer presentes já no momento da classificação e seleção dos corpos aptos e inaptos, isto é, dos que podem e dos que não podem cortar cana.

Considerações finais

Diante das situações descritas acima, consideramos que as informações sobre o arregimentador são uma referência importante para a compreensão do sistema de recrutamento dos trabalhadores migrantes nordestinos. Para os arregimentadores, levar parentes e amigos dá certa segurança de que o tempo de trabalho, o período da safra será cumprido e será mais fácil exercer o controle. O sistema de recrutamento não é uma ação isolada, ainda se dá pelas relações estabelecidas pelos indivíduos, é uma prática histórica experimentada no âmbito das relações familiares e de sociabilidade em que o indivíduo está inserido.

Nesse sentido, no contexto dessas mudanças, as usinas exigem dos migrantes nordestinos, não apenas a força física para garantir a exigência de alta produtividade, mas a disposição para trabalhar e a obediência. Os arregimentadores, assim como os migrantes têm um contrato de trabalho temporário referente ao período de safra da cana de açúcar, em geral entre março e dezembro. Moram em alojamentos, pensões improvisadas e cortiços localizados na periferia dos municípios da região canavieira de São Paulo. Segundo os entrevistados, o trabalho na cana não é fácil, mas é a única opção já que a baixa escolaridade não promove oportunidade em outras atividades.

Apesar da saída dos jovens para o corte de cana em outros estados e das relações estabelecidas com outros grupos, esses migrantes não perdem a referência de seu local de origem; os laços familiares não são perdidos, ao contrário, é por meio deles que as diversas etapas do processo migratório se realizam (MENEZES, 1985). Mesmo a migração sendo uma opção individual, ela é tomada no seio da família, não sendo determinada apenas por uma vontade mas pautada por condicionamentos sociais de suas localidades. No período da entressafra, esses jovens retornam para os seus municípios carregados de expectativas para rever os familiares e amigos e para investir o dinheiro trazido do corte. E, finalmente, após oito meses as famílias podem comemorar o retorno dos migrantes para sua cidade natal.

Desse modo, compreendemos que a migração não é uma ação isolada, ao contrário, é uma prática histórica experimentada no âmbito da família. O que constatamos na pesquisa é, que na família dos entrevistados a migração é algo recorrente. Para estas famílias sertanejas, as migrações representam uma estratégia para garantir a reprodução individual ou familiar, e também uma estratégia para aquisição de bens e mais autonomia.

Referências

ALVES, F. (2007). "Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo". In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos, Edufscar, p. 21-54.

_____. (2003). *Políticas públicas para o desenvolvimento auto-sustentável da bacia hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu*. Relatório de Pesquisa FAPESP (mimeo). São Carlos, UFSCar/DEP.

BOURDIEU, P. (1983). "A juventude não é mais que uma palavra". In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, p. 112-121.

_____. (2006). "O camponês e seu corpo". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 26.

COVER, M. (2011). *O "Tranco da roça" e a "Vida no Barraco": um estudo sobre trabalhadores no setor do agronegócio Canavieiro*. João Pessoa, Ed. UFPB.

DURHAM, E. R. (1973). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva.

GARCIA JR., A. R. (1989). *O sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília, Marco Zero/Ed. UnB/CNPq.

IBGE (2010). *Censo populacional*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm>. Acesso em: 12 ago. 2012.

MENEZES, M. A. (1985). *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho*. (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

_____. (2002). *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro/João Pessoa, Relume Dumará/Ed. UFPB.

_____. (2009). *Juventudes rurais do Nordeste: trabalho, migrações e movimentos sociais*. Relatório de Pesquisa CNPq. Campina Grande, UFCG.

NOVAES, J. R. P. (2009). "Trabalho nos canaviais – os jovens entre a enxada e o facão". *Rurais – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, vol. 3 n. 1.

NOVAES, J. R. P. et al (2007). *Situações tipo e organizações sociais*. Pesquisa juventude e integração Sul Americana, realizado por meio de uma parceria entre IBASE/PO-LIS/IDRC. Rio de Janeiro, UFRJ.

_____. (2005). *Migrações dos trabalhadores do Maranhão e do Piauí para o trabalho na lavoura canavieira de São Paulo e Rio de Janeiro*. Projeto de Pesquisa.

SILVA, M. A. M. (1999). *Errantes do fim do século*. São Paulo, Ed. UNESP.

SILVA, M. S. (2006). *Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e as identidades da juventude rural*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

SIGAUD, L. (2004). "Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana". *Mana*, vol. 10, n. 1, p. 131-163.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em fevereiro/2013